www.pwc.com.br

Prudential do Brasil Vida em Grupo S.A.

Demonstrações financeiras em 30 de junho de 2018 e relatório do auditor independente

pwc

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras

Aos Administradores e Acionistas
Prudential do Brasil Vida em Grupo S.A.

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Prudential do Brasil Vida em Grupo S.A. ("Seguradora"), que compreendem o balanço patrimonial em 30 de junho de 2018 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Prudential do Brasil Vida em Grupo S.A. em 30 de junho de 2018, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o semestre findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às entidades supervisionadas pela Superintendência de Seguros Privados (SUSEP).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Seguradora, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A administração da Seguradora é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A administração da Seguradora é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às

entidades supervisionadas pela Superintendência de Seguros Privados (SUSEP) e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Seguradora continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Seguradora ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Seguradora são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Seguradora.

- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.

- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Seguradora. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Seguradora a não mais se manter em continuidade operacional.

Prudential do Brasil Vida em Grupo S.A.

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se essas demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 28 de agosto de 2018

PwC

PricewaterhouseCoopers
Auditores Independentes
CRC 2SP000160/O-5

Carlos Eduardo Sá da Matta
Contador CRC 1SP216397/O-5

PRUDENTIAL DO BRASIL VIDA EM GRUPO S.A.

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO – Junho/2018

De acordo com a legislação vigente, incluindo os Pronunciamentos Contábeis Brasileiros (CPCs) aprovados pelo Comitê de Pronunciamento Contábil (CFC) e pela Superintendência de Seguros Privados (Susep), enviamos as Demonstrações Financeiras da Prudential do Brasil Vida em Grupo S.A., relativas ao primeiro semestre de 2018, acompanhadas do Parecer dos Auditores Independentes.

A Prudential do Brasil Vida em Grupo S.A. registrou, no primeiro semestre de 2018, R$ 162,3 milhões em emissões de prêmios. A seguradora apresentou, no mesmo período, um prejuízo de R$ 5,2 milhões, com base nas práticas contábeis brasileiras BRGAAP (Brazilian Generally Accepted Accounting Principles) [1].O resultado já era esperado, uma vez que inclui despesas operacionais necessárias envolvendo a estruturação da Prudential do Brasil Vida em Grupo, que foi adquirida em 2017.

A base de contratos de seguros de vida em grupo da Prudential do Brasil Vida em Grupo S.A foi de 4.311 contratos ativos e, aproximadamente, 2,1 milhões de vidas seguradas na carteira, em 30 de junho de 2018. As provisões técnicas atingiram cerca de R$324,3 milhões em 30 de junho de 2018.

MISSÃO

A Prudential do Brasil Vida em Grupo S.A comercializa produtos corporativos de seguros de vida em grupo, acidentes pessoais e viagens, por meio de corretores de seguros especializados nestas proteções.

A Prudential atua no seguro de vida em grupo no mundo há mais de 100 anos, tendo como missão ajudar nossos clientes a alcançarem tranquilidade e bem-estar financeiro.

Para obter mais informações sobre a Prudential do Brasil Vida em Grupo S.A, acesse o site www.prudentialdobrasil.com.br.

COMPROMISSO COM A ÉTICA E CONFORMIDADE COM LEIS E REGULAMENTOS

Nenhum objetivo de negócios será mais importante do que a fidelidade aos valores e princípios que são a base da nossa companhia. A ética norteia as relações da Prudential tanto interna quanto externamente. Para isso, a seguradora disponibiliza aos funcionários diversos canais e ferramentas de comunicação, a fim de proporcionar um ambiente íntegro e encorajando todos a agirem de forma ética, honesta e imparcial.

Política de Reinvestimentos de Lucros e Distribuição de Dividendos

Os acionistas da Prudential do Brasil Vida em Grupo S.A, em cada exercício, terão direito a receber, a título de dividendos, o mínimo obrigatório de 25% do lucro líquido. O saldo do lucro líquido, verificado após as distribuições previstas no Estatuto Social, terá a destinação proposta pela Diretoria e pelo Conselho de Administração e deliberada pela Assembleia Geral, podendo ser destinado 100% à Reserva de Lucros – Expansão, visando à manutenção de margem operacional compatível com o desenvolvimento das operações ativas da Sociedade.

PRESENÇA NO PAÍS

Sediada em São Paulo, a Prudential do Brasil Vida em Grupo S.A atende em todo o Brasil e conta com mais seis filiais nas seguintes cidades: Campinas, Curitiba, Porto Alegre, Rio de Janeiro, Belo Horizonte e Salvador.

PRUDENTIAL FINANCIAL, INC.: UMA DAS MAIORES INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS DO MUNDO

A Prudential Financial, Inc. (NYSE: PRU), líder em serviços financeiros nos EUA com mais de US$ 1,3 trilhão de ativos sob sua gestão em 30 de junho de 2018, possui operações nos Estados Unidos, Ásia, Europa e América Latina. A Prudential Financial, através do talento e da diversidade de seus funcionários, está comprometida em ajudar clientes individuais e institucionais a crescer e proteger seu patrimônio através de uma variedade de produtos e serviços, incluindo seguro de vida, *annuities*, serviços relacionados à aposentadoria, fundos mútuos e *investment management*.

Nos Estados Unidos, o Rochedo, símbolo ícone da Prudential, tem significado força, estabilidade, experiência e inovação há mais de 140 anos. Para obter mais informações, visite www.prudential.com.

AGRADECIMENTOS

A Prudential do Brasil Vida em Grupo S.A agradece aos seus clientes e segurados, razão de sua missão e cuidado, por acreditarem na essencialidade do seguro de vida em grupo e por confiarem nos seus produtos de proteção diferenciada. À Superintendência de Seguros Privados (Susep), à Confederação Nacional das Empresas de Seguros Privados e de Capitalização (CNseg) e à Federação Nacional de Previdência Privada e Vida (FenaPrevi), por todo o apoio recebido.

Adicionalmente, agradece aos funcionários da seguradora a aos prestadores de serviços, como reconhecimento pela dedicação e esforço, fundamentais para o sucesso contínuo da companhia. E, em particular, aos corretores de seguros de vida em grupo, a união de sucesso, a dedicação e a atenção demonstradas aos clientes.

São Paulo, 27 de agosto de 2018.
Conselho de Administração e Diretoria

(1)Prêmios de Seguros (BRGAAP)= Prêmio Emitido de Seguro de Vida em Grupo- Cancelamento - Restituição - Desconto - Cosseguro Cedido + Cosseguro Aceito.

PRUDENTIAL DO BRASIL VIDA EM GRUPO S.A.

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Presidente
JAMES WAYNE WEAKLEY
Vice Presidente
ERNESTO FEDERICO SPAGNOLI JARAMILLO
Conselheiro
MARCELO MANCINI PEIXOTO

DIRETORIA

Diretor Presidente
MARCELO MANCINI PEIXOTO

Diretores
CARLOS AUGUSTO DE MORAES LAMEGO JÚNIOR
LUIZ FERNANDO NASCIMENTO BERTONCELLO
PATRÍCIA ANDREA FREITAS VELLOSO DOS SANTOS
THEREZA CHRISTINA MORENO DE OLIVEIRA
CARLOS ANDRÉ GUERRA BARREIROS

Atuária
VANIA BRASIL SIMÕES
MIBA 678

Contadora
LUCIANA DE FÁTIMA SILVA PINTO
CRC - RJ - 087987/O-4

PRUDENTIAL DO BRASIL VIDA EM GRUPO S.A.
BALANÇO PATRIMONIAL
(Em Milhares de Reais)

A T I V O	NOTAS	30/06/2018	31/12/2017
CIRCULANTE		**550.614**	**552.996**
DISPONÍVEL - Caixa e Bancos	**2.5a**	**2.749**	**3.176**
APLICAÇÕES	**2.5b e 3**	**444.606**	**445.393**
CRÉDITOS DAS OPERAÇÕES COM SEGUROS E RESSEGUROS		**64.749**	**67.375**
Prêmios a Receber	4bII	50.417	53.082
Operações com Seguradoras		7.830	5.315
Operações com Resseguradoras	4hI	6.502	8.978
OUTROS CRÉDITOS OPERACIONAIS		**3.950**	**636**
ATIVOS DE RESSEGUROS E RETROCESSÃO	**4hII**	**11.092**	**17.255**
TÍTULOS E CRÉDITOS A RECEBER		**22.891**	**18.787**
Títulos e Créditos a Receber		3	112
Créditos Tributários e Previdenciários	6b	22.450	18.507
Outros Créditos		438	168
DESPESAS ANTECIPADAS		**-**	**85**
CUSTOS DE AQUISIÇÃO DIFERIDOS - Seguros	**4d**	**577**	**289**
ATIVO NÃO CIRCULANTE		**22.051**	**17.895**
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO		**21.733**	**17.545**
APLICAÇÕES	**2.5b e 3**	**109**	**116**
TÍTULOS E CRÉDITOS A RECEBER		**21.624**	**17.429**
Créditos Tributários e Previdenciários	6b	15.938	11.738
Depósitos Judiciais e Fiscais		5.686	5.691
INTANGÍVEL - *Software*	**2.5c**	**318**	**350**
TOTAL DO ATIVO		**572.665**	**570.891**
PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO			
CIRCULANTE		**370.500**	**364.147**
CONTAS A PAGAR		**24.297**	**16.774**
Obrigações a Pagar		21.444	13.945
Impostos e Encargos Sociais a Recolher		742	885
Encargos Trabalhistas		1.758	1.132
Impostos e Contribuições		353	812
DÉBITOS DE OPERAÇÕES COM SEGUROS E RESSEGUROS		**21.167**	**29.830**
Prêmios a Restituir		415	354
Operações com Seguradoras		2.397	1.345
Operações com Resseguradoras	4hI	12.174	21.496
Corretores de Seguros e Resseguros		6.038	6.563
Outros Débitos Operacionais		143	72
DEPÓSITOS DE TERCEIROS	**4k**	**698**	**2.389**
PROVISÕES TÉCNICAS - Seguros - Pessoas	**4cII**	**324.338**	**315.154**
PASSIVO NÃO CIRCULANTE		**3.014**	**2.416**
CONTAS A PAGAR - Tributos Diferidos		**714**	**714**
OUTROS DÉBITOS - Provisões Judiciais		**2.300**	**1.702**
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	**7**	**199.151**	**204.328**
Capital Social		203.332	153.332
Aumento de Capital (Em Aprovação)		-	50.000
Reservas de Lucros		-	996
Lucros ou Prejuízos Acumulados		(4.181)	-
TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		**572.665**	**570.891**

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras.

PRUDENTIAL DO BRASIL VIDA EM GRUPO S.A.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO

(Em Milhares de Reais, exceto as informações de quantidade de ações e de lucro por ação)

		01/01 a 30/06/2018	01/01 a 30/06/2017
OPERAÇÕES DE SEGUROS		**24.876**	**14.743**
Prêmios Emitidos	4i	162.332	176.999
Variação das Provisões Técnicas de Prêmios		(11.052)	26.686
Prêmios Ganhos		**151.280**	**203.685**
Sinistros Ocorridos		**(105.750)**	**(165.356)**
Custos de Aquisição		**(22.006)**	**(26.923)**
Outras Receitas e Despesas Operacionais		**1.465**	**(1.569)**
Resultado com Operações de Resseguro		**(113)**	**4.906**
(+) Receita com Resseguro		4.495	12.530
(-) Despesa com Resseguro		(4.608)	(7.624)
Despesas Administrativas	**5a**	**(31.355)**	**(14.968)**
Despesas com Tributos	**6all**	**(3.684)**	**(4.979)**
Resultado Financeiro	**5b**	**1.225**	**14.441**
RESULTADO OPERACIONAL		**(8.938)**	**9.237**
RESULTADO ANTES DOS IMPOSTOS E PARTICIPAÇÕES		**(8.938)**	**9.237**
Imposto de Renda	**6al**	**2.333**	**(317)**
Contribuição Social	**6al**	**1.866**	**(313)**
Participações sobre o lucro		**(439)**	**(767)**
(PREJUÍZO)/LUCRO LÍQUIDO		**(5.178)**	**7.840**
Quantidade de ações	**7a**	**235.665.701**	**235.665.701**
(Prejuízo)/Lucro Líquido por ação		**(0,02)**	**0,03**

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras.

PRUDENTIAL DO BRASIL VIDA EM GRUPO S.A.
Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido (Nota 7)
(Em Milhares de Reais)

	Capital Social	Aumento de Capital Em aprovação	Reservas de Lucros		Lucro/ (Prejuízos) Acumulados	Total
			Legal	Estatutária		
SALDOS EM 01/01/2017	**153.332**	**-**	**2**	**35.234**	**-**	**188.568**
Aumento de Capital:						
AGE 29/06/2017 (portaria SUSEP nº 764)	-	50.000	-	-	-	50.000
Dividendos Extraordinários	-		-	(30.000)	-	(30.000)
Lucro Líquido	-	-	-		7.840	7.840
Reservas	-		392	7.448	(7.840)	-
SALDOS EM 30/06/2017	**153.332**	**50.000**	**394**	**12.682**	**-**	**216.408**
MUTAÇÕES DO PERÍODO	**-**	**-**	**392**	**(22.552)**	**-**	**(22.160)**
SALDOS EM 01/01/2018	**153.332**	**50.000**	**2**	**994**	**-**	**204.329**
Aumento de Capital:						
AGE 29/06/2017 (portaria SUSEP nº 764)	50.000	(50.000)	-	-	-	-
Variação de Valor Justo	-	-	-	-	-	-
Dividendos Extraordinários	-	-	-	-	-	-
Absorção do Prejuizo	-	-	(2)	(994)	997	-
Prejuízo	-	-	-	-	(5.178)	(5.178)
SALDOS EM 30/06/2018	**203.332**	**-**	**-**	**-**	**-**	**199.151**
MUTAÇÕES DO PERÍODO	**50.000**	**(50.000)**	**(2)**	**(994)**	**(4.181)**	**(5.178)**

As Notas Explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

PRUDENTIAL DO BRASIL VIDA EM GRUPO S.A.

Demonstração dos Fluxos de Caixa

(Em Milhares de Reais)

	01/01 a 30/06/2018	01/01 a 30/06/2017
PREJUÍZO AJUSTADO	**(9.452)**	**(13.225)**
Prejuízo	(5.178)	(4.240)
Ajustes ao Prejuízo:	(4.274)	(8.985)
Depreciações e Amortizações	32	18
Tributos Diferidos	(4.306)	(9.003)
VARIAÇÃO NAS CONTAS PATRIMONIAIS	**12.872**	**5.283**
Ativos financeiros	794	39.534
Créditos das operações de Seguros	2.626	(772)
Ativos de Resseguro	6.163	(5.628)
Despesas Antecipadas	85	(85,00)
Outros Ativos	(7.600)	(9.780)
Depósitos Judiciais e Fiscais	5	(786)
Fornecedores e Outras Contas a Pagar	11.371	(12.550)
Débitos de Operações com Seguros e Resseguros	(8.663)	4.685
Depósito de Terceiros	(1.691)	2.389
Provisões Técnicas de Seguros	9.184	(10.554)
Outros Passivos	598	(1.170)
CAIXA GERADO GERADO/(CONSUMIDO) PELAS OPERAÇÕES	**3.420**	**(7.942)**
Impostos sobre os lucros pagos	(3.847)	(12.121)
CAIXA LÍQUIDO GERADO/(CONSUMIDO) NAS ATIVIDADES OPERACIONAIS	**(427)**	**(20.063)**
Aquisição de Intangível	-	(368)
CAIXA LÍQUIDO GERADO/(CONSUMIDO) NAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO	**-**	**(368)**
Aumento de Capital	-	50.000
Dividendos pagos	-	(30.000)
CAIXA LÍQUIDO GERADO/(CONSUMIDO) DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO	**-**	**20.000**
AUMENTO/(REDUÇÃO) LÍQUIDO (A) EM CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA (Notas 2.5a)	**(427)**	**(431)**
Caixa e equivalente de caixa no início do período	3.176	4.023
Caixa e equivalente de caixa no final do período	2.749	3.176

As Notas Explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

PRUDENTIAL DO BRASIL VIDA EM GRUPO S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Período de 01/01 a 30/06 de 2018

(Em Milhares de Reais)

NOTA 1 – CONTEXTO OPERACIONAL

A Prudential do Brasil Vida em Grupo S.A. ("seguradora" ou "companhia") é uma empresa do grupo Prudential autorizada pela Superintendência de Seguros Privados (SUSEP) a operar seguros de danos e pessoas em todo o território nacional, conforme definido na legislação vigente. Está localizada na Avenida Paulista, 2064/2086, na cidade de São Paulo, Brasil.

Em 01/04/2017, o controle acionário integral da companhia foi adquirido pela PRUDENTIAL DO BRASIL SEGUROS DE VIDA S.A., do grupo Prudential. Nessa mesma data, a AGE deliberou sobre a mudança do nome da companhia para PRUDENTIAL DO BRASIL VIDA EM GRUPO S.A.. A referida assembleia deliberou, ainda, sobre a alteração de endereço da sede e filiais da companhia, assim como de seu quadro de administradores, entre outros. A AGE de 01/04/2017 foi homologada pela SUSEP no dia 20/07/2017, pela Portaria SUSEP nº 6957 e aprovado pela Junta Comercial de São Paulo em 05/12/2017, sob protocolo de nº 2.161.746/17-0.

Estas demonstrações financeiras foram aprovadas pela Diretoria em 27 de agosto de 2018.

NOTA 2 – POLÍTICAS CONTÁBEIS SIGNIFICATIVAS

As principais políticas contábeis aplicadas na preparação destas Demonstrações Financeiras estão descritas abaixo. Essas políticas vêm sendo aplicadas de modo consistente em todos os períodos apresentados, salvo disposição em contrário.

2.1 BASE DE PREPARAÇÃO

As Demonstrações Financeiras apresentadas foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis a entidades reguladas pela SUSEP, incluindo os pronunciamentos emitidos pelo *International Accounting Standards Board - IASB*, na forma homologada pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC, no que não contrariem a Circular SUSEP nº 517/2015 e alterações posteriores.

Conforme determina o artigo 134, parágrafo 3º da Circular nº 517/2015, os títulos e valores mobiliários classificados como títulos para negociação (Nota 3a) são apresentados no Balanço Patrimonial, no Ativo Circulante, independentemente de suas datas de vencimentos.

A Seguradora não apresenta a Demonstração do Resultado Abrangente por não possuir outros resultados abrangentes nos períodos.

2.2 NOVOS PRONUNCIAMENTOS E ALTERAÇÕES E INTERPRETAÇÕES DE PRONUCIAMENTOS EXISTENTES

a) Pronunciamentos Contábeis Aplicáveis para o período findo em 30 de junho de 2018

Não houve novos pronunciamentos contábeis aplicáveis para o período findo em 30 de junho de 2018.

b) Pronunciamentos Contábeis Emitidos Recentemente e Aplicáveis em Períodos Futuros

- CPC 48 – Instrumentos Financeiros – Inclui: (a) um modelo lógico para classificação e mensuração; (b) um modelo único de *impairment* para instrumentos financeiros, que oferece uma resposta às perdas esperadas; (c) a remoção da volatilidade em resultado oriunda de risco de crédito próprio; e (d) uma nova abordagem para a contabilidade de hedge. O pronunciamento revoga, a partir de 1º de janeiro de 2018, o CPC 38 – Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração. Entretanto, para as empresas reguladas pela SUSEP, a vigência será aplicável de acordo com as orientações deste regulador.

- IFRS 17 – Contratos de Seguros: Em maio de 2017, *International Accounting Standards Board - IASB emitiu* a IFRS 17 – Contratos de Seguros, norma que substitui a atual IFRS 4 – Contratos de Seguros (CPC 11 – Contratos de Seguros), com vigência para 2021. Até o momento, o Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC não emitiu pronunciamento correlato.

2.3 MOEDA FUNCIONAL E MOEDA DE APRESENTAÇÃO

As Demonstrações Financeiras da Seguradora estão apresentadas em Reais, sua moeda funcional e de apresentação destas Demonstrações Financeiras.

2.4 ESTIMATIVAS CONTÁBEIS CRÍTICAS E JULGAMENTOS

A preparação das Demonstrações Financeiras de acordo com os CPCs exige que a Administração realize estimativas e utilize premissas que afetam os saldos de ativos e passivos, inclusive contingentes, divulgados na data das Demonstrações Financeiras, bem como os montantes divulgados de receitas, despesas, ganhos e perdas durante os períodos apresentados e em períodos subsequentes, pois os resultados efetivos podem ser diferentes daqueles apurados de acordo com tais estimativas e premissas.

Todas as estimativas e as premissas utilizadas pela Administração estão em acordo com os CPCs e são as melhores estimativas realizadas em conformidade com as normas aplicáveis. As estimativas e julgamentos são avaliados em base contínua e considerando a experiência passada e outros fatores.

As estimativas contábeis e premissas críticas que apresentam impacto mais significativo nos valores contábeis de ativos e passivos, estão descritas abaixo:

a) Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos

Conforme explicação na Nota 2.5d, Ativos Fiscais Diferidos são reconhecidos somente em relação a diferenças temporárias e prejuízos fiscais a compensar na medida em que se considera provável que a Seguradora irá gerar lucro tributável futuro para a sua utilização. A realização esperada do crédito tributário da Seguradora é baseada na projeção de receitas futuras e outros estudos técnicos.

b) Valor Justo de Instrumentos Financeiros

A Seguradora classifica as mensurações de valor justo usando a hierarquia de valor justo que reflete a significância dos *inputs* usados no processo de mensuração. Os níveis referentes à hierarquia de valor justo e as metodologias usadas para avaliar determinados Instrumentos Financeiros, estão detalhados na Nota 2.5b – Valor Justo.

A Seguradora acredita que todas as metodologias adotadas são apropriadas e consistentes com os participantes do mercado. Independentemente disso, a adoção de outras metodologias ou o uso de pressupostos diferentes para apurar o valor justo pode resultar em estimativas diferentes do valor justo.

c) Passivos Contingentes

A Seguradora revisa periodicamente suas contingências. Essas contingências são avaliadas com base nas melhores estimativas da Administração, levando em consideração o parecer de assessores jurídicos quando houver probabilidade que recursos financeiros sejam exigidos para liquidar as obrigações e que o montante das obrigações possa ser razoavelmente estimado.

As contingências classificadas como Perdas Prováveis, são reconhecidas no Balanço Patrimonial na rubrica “Outros Débitos - Provisões Judiciais”.

Os valores das contingências são quantificados utilizando-se modelos e critérios que permitam a sua mensuração de forma adequada, apesar da incerteza inerente aos prazos e valores.

d) Provisões Técnicas de Seguros

As provisões técnicas são passivos decorrentes de obrigações da Seguradora para com os seus segurados. Essas obrigações podem ter uma natureza de média e longa duração (seguros de pessoas).

A determinação do valor do passivo atuarial depende de inúmeras incertezas inerentes às coberturas dos contratos de seguros, tais como premissas, despesas, frequência de sinistros e severidade.

As estimativas dessas premissas baseiam-se na experiência histórica da Seguradora, *benchmarks* de mercado, normativos regulatórios e na experiência do atuário, que busca convergência às melhores práticas do mercado e objetiva a revisão contínua do passivo atuarial. Ajustes resultantes dessas melhorias contínuas, quando necessárias, são reconhecidos nos resultados do respectivo exercício.

2.5 RESUMO DAS PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS

a) Caixa e Equivalentes de Caixa

A Seguradora define como Caixa e Equivalentes de Caixa as disponibilidade (que compreendem o caixa e contas correntes em bancos, considerados no Balanço Patrimonial na rubrica Disponível) e aplicações com prazo original igual ou inferior a 90 dias.

b) Aplicações, Ativos Financeiros e Passivos Financeiros

Todos os ativos e passivos financeiros, incluindo os instrumentos financeiros derivativos, devem ser reconhecidos no Balanço Patrimonial e mensurados de acordo com a categoria no qual o instrumento foi classificado.

A Seguradora classifica seus Ativos e Passivos Financeiros sob as seguintes categorias:

I. Ativos Financeiros Mantidos para Negociação;
II. Ativos Financeiros Disponíveis para Venda;
III. Empréstimos e Recebíveis; e
IV. Passivos Financeiros ao Custo Amortizado.

A classificação depende da finalidade para a qual os ativos financeiros foram adquiridos ou os passivos financeiros foram assumidos. A Administração determina a classificação de seus instrumentos financeiros no reconhecimento inicial.

As compras e as vendas regulares de ativos e passivos financeiros são reconhecidas e baixadas, respectivamente, na data de negociação.

I. Ativos Financeiros Mantidos para Negociação

São os ativos adquiridos principalmente com o intuito de venda no curto prazo. Os ativos incluídos nesta categoria são reconhecidos inicialmente e subsequentemente pelo seu valor justo. Os custos de transação são registrados diretamente na Demonstração do Resultado. Os ganhos e perdas oriundas de alterações no valor justo são incluídos diretamente na Demonstração do Resultado na rubrica Resultado Financeiro, bem como as receitas e despesas de juros e rendimentos.

II. Ativos Financeiros Disponíveis para Venda

São os ativos que podem ser vendidos em resposta ou em antecipação a alterações nas condições de mercado e não forem classificados em outra categoria de Ativos Financeiros.

Os Ativos Financeiros Disponíveis para Venda são inicialmente e subsequentemente contabilizados no Balanço Patrimonial pelo seu valor justo, mais os custos de transação. Os ganhos e perdas não realizados são reconhecidos, líquidos dos impostos aplicáveis, no Patrimônio Líquido – Ajuste de Avaliação Patrimonial. Os juros, inclusive a amortização de prêmios e descontos são reconhecidos na Demonstração do Resultado na rubrica Resultado Financeiro.

III. Empréstimos e Recebíveis

A Seguradora classifica como Empréstimos e Recebíveis as seguintes rubricas do Balanço Patrimonial: Disponível (Caixa e Equivalentes de Caixa), Crédito das Operações com Seguros e Resseguros e Títulos e Créditos a Receber.

As receitas de juros são reconhecidas na Demonstração do Resultado, na rubrica Resultado Financeiro.

IV. Passivos Financeiros ao Custo Amortizado

Os passivos financeiros que não são classificados como a valor justo através do resultado estão classificados nesta categoria e inicialmente são reconhecidos pelo valor justo e subsequentemente são mensurados pelo custo amortizado utilizando o método de taxa efetiva de juros. A despesa de juros é apresentada na Demonstração do Resultado, na rubrica Resultado Financeiro.

Valor Justo

A Seguradora deve classificar as mensurações de valor justo usando uma hierarquia de valor justo que reflita a significância dos *inputs* usados no processo de mensuração.

Nível 1: Preços (cotações) disponíveis em mercados ativos;

Nível 2: Informações que não sejam preços (cotações) de ativos e passivos idênticos, ou seja, utiliza-se *inputs* observáveis, como juros, volatilidade, etc; e

Nível 3: Utiliza-se *inputs* não observáveis, baseados em premissas próprias da Seguradora.

Nos casos em que não estão disponíveis preços cotados em mercado, os valores justos são baseados em estimativas, com a utilização de fluxos de caixa descontados ou outras técnicas de avaliação. Essas técnicas são afetadas de forma significativa pelas premissas utilizadas, inclusive a taxa de desconto e a estimativa dos fluxos de caixa futuros. O valor justo estimado obtido por meio dessas técnicas não pode ser substanciado por comparação com mercados independentes e, em muitos casos, não pode ser realizado na liquidação imediata do instrumento.

Os métodos e premissas utilizados para a estimativa do valor justo estão definidos abaixo:

Ativos Financeiros Mantidos para Negociação e Ativos Financeiros Disponíveis para Venda - Sob condições normais, os preços cotados de mercado são os melhores indicadores dos valores justos dos instrumentos financeiros. Entretanto, nem todos os instrumentos possuem liquidez ou cotações e, nesses casos, faz-se necessário a adoção das estimativas de valor presente e outras técnicas para definição de preço. Na ausência de preço cotado na ANBIMA, os valores justos dos títulos públicos são apurados com base nas taxas de juros fornecidas por terceiros no mercado (corretoras). Os valores justos de títulos de dívida de empresas são calculados adotando-se critérios semelhantes aos das aplicações em depósitos interfinanceiros, conforme descrito acima. Os valores justos de ações são apurados com base em seus preços cotados de mercado.

c) Intangível

Os ativos intangíveis são bens incorpóreos e são reconhecidos inicialmente ao custo.

O saldo de Intangível em 30/06/2018 totaliza R$ 318 (R$ 350 em 31/12/2017), representado por *Software*.

d) Imposto de Renda e Contribuição Social

Existem dois componentes na provisão para Imposto de Renda e Contribuição Social: corrente e diferido.

O componente corrente aproxima-se dos impostos a serem pagos ou recuperados no período aplicável e são registrados no Balanço Patrimonial nas rubricas Impostos e Encargos Sociais a Recolher e Créditos Tributários e Previdenciários, respectivamente.

O componente diferido representado pelos créditos tributários e as obrigações fiscais diferidas é obtido pelas diferenças entre as bases de cálculos contábil e tributárias dos ativos e passivos no final de cada exercício. O benefício fiscal dos prejuízos fiscais a compensar é reconhecido como ativo. Os créditos tributários somente são reconhecidos quando é provável que lucros tributáveis futuros estarão à disposição para sua compensação. Os créditos tributários e as obrigações fiscais diferidas são reconhecidos no Balanço Patrimonial na rubrica Títulos e Créditos a Receber – Créditos Tributários e Previdenciários.

O Imposto de Renda e a Contribuição Social são calculados às alíquotas de: 15% de Imposto de Renda, 10% de Adicional de Imposto de Renda e 20% de Contribuição Social. Em 06 de outubro de 2015 foi publicada a Lei nº13.169, conversão da Medida Provisória nº 675, que elevou a alíquota da Contribuição Social de 15,00% para 20,00% até 31 de dezembro de 2018 para instituições financeiras, Seguradoras e administradoras de cartão de crédito. Para as demais empresas a alíquota continua a 9,00%.

e) Contratos de Seguros

Contrato de seguro é um contrato em que o emissor aceita um risco de seguro significativo da contraparte concordando em compensá-lo se um evento futuro incerto específico afetá-lo adversamente.

Os contratos de investimento com características de participação discricionária são instrumentos financeiros, mas são tratados como contratos de seguro, conforme previsto pelo CPC 11, assim como aqueles que transferem risco financeiro significativo.

Esses contratos podem ser reclassificados como contratos de seguro após sua classificação inicial se o risco de seguro tornar-se significativo.

Uma vez que o contrato é classificado como um contrato de seguro, ele permanece como tal até o final de sua vida mesmo que o risco de seguro se reduza significativamente durante esse período, a menos que todos os direitos e obrigações sejam extintos ou expirados.

A Nota 4 apresenta uma descrição detalhada dos produtos classificados como contratos de seguros.

Prêmios de Seguros

Os prêmios de seguros são contabilizados pela emissão da apólice ou no decorrer do período de vigência dos contratos na proporção do valor de proteção de seguro fornecido. Os prêmios de seguros são contabilizados como receita na Demonstração do Resultado, na rubrica Prêmios Emitidos.

Se há evidência de perda pelo valor recuperável relacionado aos recebíveis de prêmios de seguros, a Seguradora constitui uma provisão suficiente para cobrir tal perda com base na análise dos riscos de realização dos prêmios a receber com parcelas vencidas há mais de 60 dias, pelo seu valor bruto.

Resseguros

O resseguro é feito para uma parcela dos riscos subscritos, particularmente riscos de pessoas e de acidentes que excedam os limites máximos de responsabilidade que entende ser apropriada para cada segmento e produto (após um estudo que leva em consideração o risco, a experiência, as especificidades e o capital necessário para suportar esses limites).

Os prêmios de resseguro não proporcional são apropriados de acordo com o diferimento pelo prazo de vigência do prêmio mínimo de depósito previsto em contrato, seguindo o regime de competência.

A Seguradora ressegura seus riscos junto ao IRB Brasil Re S.A.. Esses contratos de resseguros permitem a recuperação de uma parcela dos sinistros junto ao ressegurador, embora não liberem o segurador direto da obrigação principal dos riscos de objeto do resseguro, expondo o mesmo ao risco de crédito.

Custos de Aquisição

Os custos de aquisição incluem os custos diretos relacionados à originação de seguros. Estes custos, com exceção das comissões pagas aos corretores e outros, são lançados diretamente no resultado quando incorridos. Já as comissões são diferidas e lançadas proporcionalmente ao reconhecimento das receitas com prêmios, ou seja, ao longo do período de cobertura do risco das respectivas apólices.

Passivos de Contratos de Seguros

As provisões para sinistros são estabelecidas com base na experiência histórica, sinistros em processo de pagamento, valores projetados de sinistros incorridos, mas ainda não reportados e outros fatores relevantes aos níveis exigidos de provisionamento. As despesas relacionadas ao reconhecimento dos passivos de contratos de seguros são registradas na Demonstração do Resultado na rubrica Sinistros Ocorridos.

Derivativos Embutidos

Não há derivativos embutidos em nossos contratos de seguros que devam ser separados ou mensurados a valor justo.

Teste de Adequação do Passivo

A Seguradora deve analisar a adequação de seus passivos de seguros a cada período de apresentação através de um teste mínimo de adequação. Realizou-se o teste de adequação dos passivos utilizando-se de premissas atuariais correntes do fluxo de caixa futuro de todos os contratos de seguro em aberto na data de balanço, conforme instituído pela Circular SUSEP nº 517/2015 e alterações posteriores.

Como resultado deste teste, caso a análise demonstrasse que o valor contábil dos passivos de seguros (deduzindo-se os custos diferidos de aquisição dos contratos e ativos intangíveis de seguros) é inferior aos fluxos de caixa futuros esperados do contrato, seria contabilizada imediatamente no resultado do período qualquer deficiência identificada (após o lançamento dos custos de aquisição diferidos e ativos intangíveis relacionados às carteiras deficitárias conforme a política contábil). Para a realização do teste de adequação, os contratos de seguros são agrupados, de acordo com a legislação vigente, em carteiras que estão sujeitas, de forma geral, a riscos similares e cujos riscos são gerenciados conjuntamente como uma única carteira. O teste abrange apenas seguro de pessoas.

As premissas utilizadas para efetuar o teste de adequação do passivo estão detalhadas na Nota 4.

f) Provisões, Ativos Contingentes e Passivos Contingentes

São direitos e obrigações potenciais decorrentes de eventos passados e cuja ocorrência depende de eventos futuros.

Os ativos contingentes não são reconhecidos nas Demonstrações Financeiras, exceto quando a Administração da Seguradora entende que sua realização é praticamente certa, e geralmente corresponde a ações com decisões favoráveis em julgamento final e inapelável e pela retirada de ações como resultado da liquidação de pagamentos que tenham sido recebidos ou como resultado de acordo de compensação com um passivo existente.

Os passivos contingentes decorrem principalmente de processos judiciais e administrativos, inerentes ao curso normal dos nossos negócios movido por terceiros, ex-funcionários e órgãos públicos em ações cíveis, trabalhistas e de natureza fiscal e previdenciária. Essas contingências são avaliadas com base nas melhores estimativas da Administração, levando em consideração o parecer de assessores jurídicos quando houver probabilidade que recursos financeiros sejam exigidos para liquidar as obrigações e que o montante das obrigações possa ser estimado com razoável segurança.

As contingências são classificadas como:

- **Prováveis:** as quais são constituídos passivos reconhecidos no Balanço Patrimonial, na rubrica Provisões;
- **Possíveis**: as quais são divulgadas nas demonstrações financeiras, não sendo nenhuma provisão registrada; e
- **Remotas:** as quais não requerem provisão e divulgação.

O montante dos depósitos judiciais é atualizado de acordo com a regulamentação vigente.

g) Lucro por Ação

O lucro por ação é calculado pela divisão do Lucro Líquido atribuído aos controladores da Seguradora pelo número de ações ordinárias em circulação em cada exercício. Não há fatores de diluição, o lucro básico e lucro diluído é o mesmo.

h) Receitas

As receitas de prêmio dos contratos de seguros são reconhecidas quando da emissão da apólice ou quando da vigência do risco, o que ocorrer primeiro, proporcionalmente e ao longo do período de cobertura do risco das respectivas apólices por meio da constituição/reversão da Provisão de Prêmios Não Ganhos - PPNG. O Imposto sobre Operações Financeiras – IOF a recolher, incidente sobre os prêmios a receber e é registrado no passivo da Seguradora sendo recolhido após o recebimento dos prêmios.

NOTA 3 - APLICAÇÕES

As aplicações são compostas por:

	30/06/2018	31/12/2017
	Valor Justo	Valor Justo
Ativos Financeiros Mantidos para Negociação	**444.606**	**445.393**
Cotas de Fundos de Investimentos	444.606	445.393
Ativos Financeiros Disponíveis para Venda	**109**	**116**
Títulos de Dívida de Empresas	109	116
TOTAL	**444.715**	**445.509**
Circulante	444.606	445.393
Não Circulante	109	116

a) Ativos Financeiros Mantidos para Negociação

Os Ativos Financeiros Mantidos para Negociação contabilizados pelo seu Valor Justo são apresentados na tabela a seguir:

	30/06/2018	31/12/2017
Cotas de Fundos de Investimentos	**444.606**	**445.393**
Compromissada over	29.090	-
Notas do Tesouro Nacional	415.524	445.401
Contas a Receber / (Pagar)	(8)	(8)
TOTAL	**444.606**	**445.393**

O Valor Justo, por vencimento, dos Ativos Financeiros Mantidos para Negociação foram os seguintes:

	30/06/2018	31/12/2017
Sem vencimento	-	1
Até um ano	(8)	(8)
De um a cinco anos	341.120	216.535
De seis a dez anos	103.494	192.839
Após dez anos	-	36.026
TOTAL	**444.606**	**445.393**

b) Ativos Financeiros Disponíveis para Venda

O Valor Justo e o Custo ou Custo Amortizado correspondente aos Ativos Financeiros Disponíveis para Venda são apresentados na tabela a seguir:

	30/06/2018	
	Custo/ Custo Amortizado	**Valor Justo**
Títulos de Dívida de Empresas	**109**	**109**
Outros	109	109
TOTAL	**109**	**109**

	31/12/2017	
	Custo/ Custo Amortizado	**Valor Justo**
Títulos de Dívida de Empresas	**116**	**116**
Outros	116	116
TOTAL	**116**	**116**

O valor justo dos Ativos Financeiros Disponíveis para Venda, por vencimento, são os seguintes:

	30/06/2018	31/12/2017
De um a cinco anos	109	116
TOTAL	**109**	**116**
Não Circulante	109	116

c) Movimentação das aplicações

	30/06/2018			31/12/2017
	Mantido para Negociação	**Disponível para venda**	**Total**	**Total**
Saldo Inicial	**445.393**	**116**	**445.509**	**485.043**
Aplicações	79.146	-	79.146	1.029.668
Principal resgate	(86.332)	(20)	(86.352)	(1.117.897)
Resultado financeiro	6.399	13	6.412	48.695
Saldo Final	**444.606**	**109**	**444.715**	**445.509**

d) Distribuição dos Níveis

A tabela a seguir apresenta a abertura dos níveis de hierarquia de Valor Justo.

	30/06/2018	31/12/2017
	Nível 2	**Nível 2**
Ativos Financeiros Mantidos para Negociação	**444.606**	**445.393**
Fundos de Investimento	444.606	445.393
Ativos Financeiros Disponíveis para Venda	**109**	**116**
Títulos de Dívida de Empresas	109	116

e) Exposição Máxima dos Ativos Financeiros segregados por setor de atividade

	30/06/2018	%	31/12/2017	%
Setor Público	444.614	99,98%	445.401	99,98%
Serviços	101	0,02%	108	0,00
TOTAL	**444.715**	**100,00%**	**445.509**	**100,00%**

O quadro abaixo apresenta a carteira dos ativos financeiros classificados por nível de risco em:

	30/06/2018		
Classificação Interna	**Ativos Financeiros Disponíveis para Venda**	**Ativos Financeiros Mantidos para Negociação**	**Total**
Baixo	109	444.606	444.715
TOTAL	**109**	**444.606**	**444.715**
	31/12/2017		
Baixo	116	445.393	445.509
TOTAL	**116**	**445.393**	**445.509**

A tabela abaixo demonstra a correspondência entre os níveis de risco atribuídos pelos modelos internos do grupo (baixo, médio e alto) e a probabilidade de inadimplência (PD) associada a cada um desses níveis.

Classificação Interna	PD
Baixo	Menor ou igual a 4,44%
Médio	Maior que 4,44% e menor ou igual a 25,95%
Alto	Maior que 25,95%

NOTA 4 - CONTRATOS DE SEGUROS

a) Contratos de Seguros

A seguradora oferece ao mercado produtos de seguros dos ramos de pessoas coletivo. Os produtos são oferecidos através de corretoras de seguros, observadas suas características e atendidas as exigências regulatórias.

b) Principais Produtos

I) Seguros

- Seguros de Acidentes Pessoais Coletivo: incluem cobertura contra risco de morte por acidente;
- Seguros de Vida em Grupo: incluem cobertura contra risco de morte e invalidez.

II) Prêmios a Receber e Redução ao Valor Recuperável, considerando os Prazos Médios de Vencimento

	Vincendos		Vencidos		Redução ao Valor Recuperável		Total	
	30/06/2018	31/12/2017	30/06/2018	31/12/2017	30/06/2018	31/12/2017	30/06/2018	31/12/2017
de 1 a 30 dias	40.722	40.535	2.298	3.272	-	-	43.020	43.807
de 31 a 60 dias	2.645	3.184	375	1.695	-	-	3.020	4.879
de 61 a 120 dias	3.212	2.577	272	1.307	(965)	(2.007)	2.519	1.877
de 121 a 180 dias	1.582	123	108	2.423	(928)	(261)	762	2.285
de 181 a 365 dias	1.084	136	250	242	(250)	(240)	1.084	138
superior a 365 dias	5	1	1.977	1.769	(1.970)	(1.674)	12	96
Total	**49.250**	**46.556**	**5.280**	**10.708**	**(4.113)**	**(4.182)**	**50.417**	**53.082**

Critérios de Parcelamento

A Seguradora utiliza como prazo médio de parcelamento na comercialização os seguintes critérios:

Pessoas
- Vida em Grupo e Acidentes Pessoais Coletivos: cobrados mensalmente em virtude da própria característica do negócio que tem vigência anual, porém com faturamento mensal.

III) Prêmios a Receber - Movimentação

	30/06/2018	31/12/2017
Saldo Inicial	**53.082**	**48.006**
Prêmios Emitidos Líquidos (*)	166.248	343.935
Recebimentos	(169.219)	(336.777)
Redução ao Valor Recuperável	69	(2.353)
Prêmios-Riscos Vigentes não Emitidos	237	271
Saldo Final	**50.417**	**53.082**

(*) Não considera os prêmios de co-seguro cedido no montante de R$ 4.153 (R$ 4.079 em 31/12/2017) e os prêmios de RVNE.

c) Provisões Técnicas de Seguros

As provisões técnicas de seguros são calculadas de acordo com notas técnicas atuariais aprovadas pela SUSEP e critérios estabelecidos pela legislação vigente.

I – Descrição das Provisões Técnicas de Seguros

- **Provisão de Prêmios não Ganhos (PPNG) –** Constituída para a cobertura dos valores a pagar relativos a sinistros e despesas a ocorrer, ao longo dos prazos a decorrer, referentes aos riscos assumidos na data-base de cálculo. A provisão deve contemplar estimativa para os riscos vigentes e não emitidos (PPNG-RVNE);

- **Provisão de Sinistros a Liquidar (PSL) -** Constituída para a cobertura dos valores esperados a liquidar relativos a pagamentos únicos, de sinistros avisados até a data-base de cálculo, incluindo as operações de cosseguro aceito, brutos das operações de resseguro e líquidos das operações de cosseguro cedido. A provisão deve contemplar, quando necessário, os ajustes de IBNER (Sinistros Ocorridos e Não

Suficientemente Avisados) para o desenvolvimento agregado dos sinistros avisados e ainda não pagos, cujos valores poderão ser alterados ao longo do processo até a sua liquidação final;

- **Provisão de Sinistros Ocorridos e não Avisados (IBNR) -** Constituída para a cobertura dos valores esperados a liquidar relativos a sinistros ocorridos e não avisados até a data-base de cálculo, incluindo as operações de cosseguro aceito, brutos das operações de resseguro e líquidos das operações de cosseguro cedido;

- **Provisão Complementar de Cobertura (PCC) -** Constituída quando for constatada insuficiência nas provisões técnicas, conforme apurado no Teste de Adequação de Passivos, de acordo com as determinações especificadas na regulamentação em vigor.

- **Provisão de Excedentes Técnicos (PET) –** Constituída para garantir os valores destinados à distribuição de excedentes decorrentes de superávit técnicos na operacionalização de seus contratos, caso haja sua previsão contratual, conforme regulamentação em vigor;

- **Provisão de Despesas Relacionadas (PDR) –** constituída para a cobertura dos valores esperados relativos a despesas relacionadas a benefícios.

II – Movimentação das Provisões Técnicas de Seguros

Abaixo seguem detalhes da movimentação dos saldos das Provisões Técnicas das operações de seguros:

Provisões Técnicas - Composição

	30/06/2018	31/12/2017
Prêmios não Ganhos	5.616	2.106
Sinistros a Liquidar (*)	164.819	166.986
Sinistros / Eventos Ocorridos e não Avisados - IBNR	118.200	118.788
Despesas Relacionadas	18.047	16.118
Outras Provisões	17.656	11.156
TOTAL	**324.338**	**315.154**
Circulante	324.338	315.154

(*) A Tabela de Desenvolvimento de Sinistros a Liquidar está demonstrada na Nota 4el.

Provisões Técnicas - Movimentação

	30/06/2018	31/12/2017
Saldo Inicial	**315.154**	**325.708**
(+) Adições decorrentes de prêmios	162.332	340.127
(-) Diferimento pelo risco decorrido	(158.822)	(340.458)
(-) Pagamento de sinistros	(101.936)	(245.221)
(+) Sinistros avisados	95.258	227.984
(+/-) Outras (constituição/reversão)	12.352	7.014
Saldo Final	**324.338**	**315.154**

Os valores dos bens e direitos vinculados à SUSEP em cobertura das provisões técnicas estão demonstrados no quadro abaixo:

	30/06/2018	31/12/2017
Total das Provisões Técnicas	**324.338**	**315.154**
(-) Direitos Creditórios (1)	(4.478)	(1.038)
(-) Resseguros (2)	(9.058)	(11.220)
Montante a ser Garantido	**310.802**	**302.896**
Cotas de Fundos de Investimentos - Renda Fixa (1)	444.606	445.393
Garantias das Provisões Técnicas	**444.606**	**445.393**
Cobertura Excedente	**133.804**	**142.497**

(1) Apurado com base na rubrica Prêmios a Receber, líquido das parcelas cedidas em cosseguro e resseguro, conforme Circular SUSEP nº 517/2015 e alterações posteriores.

(2) Conforme Circular SUSEP nº 517/2015 e alterações posteriores, as sociedades seguradoras podem deduzir do total das provisões técnicas constituídas as parcelas de prêmios e de sinistros transferidas a terceiros em operações de resseguros e retrocessão, como também, os custos de aquisição diferidos.

d) Custo de Aquisição Diferido

Os custos de aquisição diferidos de seguros diretos são os custos incorridos para vender, subscrever e iniciar um novo contrato de seguro.

Os custos diretos, basicamente, estão representados pelas comissões pagas a corretores e são diferidas para amortização proporcional ao reconhecimento da receita de prêmio ganho, ou seja, em função do decurso da vigência do risco, pelo prazo correspondente ao contrato de seguros, conforme normas de cálculos vigentes.

Os saldos estão registrados no ativo na rubrica Custo de Aquisição Diferido de Seguros e sua movimentação está demonstrada no quadro a seguir:

	30/06/2018	31/12/2017
Saldo Inicial	**289**	**339**
Constituições	22.006	48.549
Amortizações	(21.718)	(48.599)
Saldo Final	**577**	**289**
Circulante	577	289

e) Tabela de Desenvolvimento de Sinistros

Mudanças podem ocorrer no montante de obrigações do grupo ao final de cada fechamento anual. A tabela a seguir demonstra este desenvolvimento pelo método dos sinistros ocorridos. A parte superior da tabela ilustra como a estimativa do sinistro se desenvolve através do tempo e a parte inferior reconcilia os valores pendentes de pagamento contra o valor do passivo divulgado no balanço.

A provisão de sinistros a liquidar estava composta da seguinte forma, no fechamento anual de 30/06/2018:

I - Bruto de Resseguro

Provisão de Sinistros a Liquidar (1)	164.819
(-) IBNER	46.318
Total Apresentado na Tabela de Desenvolvimento de Sinistros (2)	**118.501**

(1) Sinistros a liquidar, bruto de resseguros, demonstrados na nota 4cII.

Ia - Sinistros administrativos - bruto de resseguro

Data de Cadastro	30/06/2014	30/06/2015	30/06/2016	30/06/2017	30/06/2018	Total
No ano de divulgação	316.535	304.908	303.060	234.620	209.688	
1 ano depois	321.468	308.771	306.259	236.529		
2 anos depois	321.930	309.513	306.941			
3 anos depois	322.187	309.520				
4 anos depois	322.421					
Estimativa corrente	322.421	309.520	306.941	236.529	209.688	
Pagamentos acumulados até a data-base	321.873	308.865	306.511	235.545	186.106	1.358.900
Passivo reconhecido no balanço	548	655	430	984	23.582	26.199
Passivo em relação a períodos anteriores						2.800
Total de sinistros administrativos (2)						**28.999**

Ib - Sinistros judiciais - bruto de resseguro

Data de cadastro	30/06/2014	30/06/2015	30/06/2016	30/06/2017	30/06/2018	Total
No ano de divulgação	5.058	6.836	4.787	4.577	2.214	
1 ano depois	10.360	13.255	10.262	6.503		
2 anos depois	13.920	22.843	12.774			
3 anos depois	20.123	26.444				
4 anos depois	22.333					
Estimativa corrente	22.333	26.444	12.774	6.503	2.214	
Pagamentos acumulados até a data-base	11.446	16.094	7.740	3.476	823	39.579
Passivo reconhecido no balanço	10.887	10.350	5.034	3.027	1.391	30.689
Passivo em relação a períodos anteriores						58.813
Total de sinistros judiciais (2)						**89.502**

II - Líquido de resseguro

Provisão de sinistros a liquidar (1)	164.819
(-) IBNER	46.318
(-) Resseguros (2)	1.756
Total apresentado na tabela de desenvolvimento de sinistros (2)	**116.745**

(1) Sinistros a liquidar, bruto de resseguros, demonstrados na nota 4cII.

II a - Sinistros administrativos - líquido de resseguro

Data de cadastro	30/06/2014	30/06/2015	30/06/2016	30/06/2017	30/06/2018	Total
No ano de divulgação	305.255	297.121	286.580	213.504	197.938	
1 ano depois	310.188	290.059	289.319	215.650		
2 anos depois	309.634	290.801	290.000			
3 anos depois	309.891	290.806				
4 anos depois	310.125					
Estimativa corrente	310.125	290.806	290.000	215.650	197.938	
Pagamentos acumulados até a data-base	309.577	290.151	289.570	215.201	174.511	1.279.010
Passivo reconhecido no balanço	548	655	430	449	23.428	25.510
Passivo em relação a períodos anteriores						2.800
Total de sinistros administrativos (2)						**28.310**

II b - Sinistros judiciais - líquido de resseguro

Data de cadastro	30/06/2014	30/06/2015	30/06/2016	30/06/2017	30/06/2018	Total
No ano de divulgação	4.897	6.128	4.349	4.271	2.120	
1 ano depois	10.061	11.575	9.118	6.059		
2 anos depois	13.596	19.977	11.223			
3 anos depois	19.485	23.361				
4 anos depois	21.584					
Estimativa corrente	21.584	23.361	11.223	6.059	2.120	
Pagamentos acumulados até a data-base	11.031	13.246	6.428	3.112	729	34.546
Passivo reconhecido no balanço	10.553	10.115	4.795	2.947	1.391	29.801
Passivo em relação a períodos anteriores						58.634
Total de sinistros judiciais (2)						**88.435**

(2) A abertura da tabela de desenvolvimento de sinistros entre administrativo e judicial evidencia a realocação dos sinistros administrativos até determinada data base e que se tornam judiciais após, o que pode induzir a uma falsa impressão de necessidade de ajuste nas provisões em cada abertura.

Adicionalmente, é importante ressaltar que a seguradora constitui a provisão de IBNER com o objetivo de cobrir a expectativa do montante de ajustes nos sinistros (não individualizáveis) no momento de constituição da Provisão de Sinistros a Liquidar, principalmente nos casos judiciais, onde o desenvolvimento do sinistro é muito lento.

III) Movimentação Sinistros a Liquidar - Judiciais

	Quantidade		Valor	
	30/06/2018	31/12/2017	30/06/2018	31/12/2017
Saldo Inicial	**5.197**	**5.266**	**81.473**	**67.380**
Novas constituições no período	151	419	8.578	22.186
Baixa da provisão por êxito, alteração de estimativas ou probabilidades	(134)	(220)	(3.736)	(6.891)
Alteração da provisão por atualização monetária e juros	-	-	5.677	11.850
Pagamentos efetuados no período	(141)	(268)	(2.490)	(13.052)
Saldo Final	**5.073**	**5.197**	**89.502**	**81.473**

O valor de abertura do sinistro judicial refere-se ao valor contábil da data do registro de recebimento da ação baseado na estimativa de perda da seguradora na época.

O prazo médio pendente de pagamento dos sinistros judiciais está relacionado ao prazo do desfecho do processo judicial.

f) Teste de Adequação de Passivo

A seguradora deverá realizar o Teste de Adequação de Passivos (TAP), confrontando o valor contabilizado de suas provisões técnicas com a estimativa corrente do fluxo de caixa projetado. Considerar na estimativa todos os fluxos de caixa relacionados ao negócio é o requisito mínimo para realização do teste de adequação.

As premissas utilizadas no teste foram:

a) Os critérios de agrupamento de riscos consideram grupos sujeitos a riscos similares e gerenciados em conjunto como uma única carteira;

b) A relevante estrutura a termo de taxa de juros livre de risco foi definida e disponibilizada pela SUSEP;

c) A metodologia para teste de todos os produtos é baseada em projeção de fluxos de caixa. Os fluxos de caixa foram projetados com base em fluxos de sinistros utilizando o método conhecido como triângulo de *chain ladder* com periodicidade trimestral;

d) Cancelamentos, resgates parciais, contribuições futuras, conversões em renda e despesas administrativas são revistos periodicamente e baseiam-se nas melhores práticas e na análise da experiência das subsidiárias. Desta forma, representam as melhores estimativas para as projeções das estimativas correntes;

e) Mortalidade: tábuas BR-EMS vigentes.

O Teste de Adequação de Passivo não indicou insuficiência.

g) Riscos das Operações de Seguros

Risco de Seguro - Efeito de mudanças nas premissas atuariais

Os seguros de pessoas são produtos, em geral, de média ou longa duração e as principais premissas atuariais envolvidas no gerenciamento e precificação de seus riscos são frequência de sinistros, severidade e risco biométrico. Volatilidade acima do esperado em quantidade de sinistros, montante de indenizações e quedas acima do esperado nas expectativas de mortalidade podem resultar em perdas não esperadas.

As estimativas das premissas atuariais são baseadas na análise histórica da seguradora, *benchmarks* de mercado e na experiência do atuário.

Para mensurar o efeito de mudanças nas premissas atuariais, foram realizados testes de sensibilidade nos valores das estimativas correntes dos fluxos de caixa das obrigações futuras. A análise de sensibilidade considera uma visão dos impactos de como a alteração de premissas poderia afetar o resultado do exercício e o patrimônio líquido da data do balanço. Os resultados da análise de sensibilidade foram os seguintes:

Impacto no Resultado e Patrimônio Líquido (*)	**30/06/2018**
Premissas Atuariais	**Bruto de Resseguros**
Cenário com acréscimo de 0,1% na Taxa de Juros Livre de Risco	41
Cenário com decréscimo de 0,1% na Taxa de Juros Livre de Risco	(41)
Cenário com acréscimo de 5% nos Sinistros	(30.055)
Cenário com decréscimo de 5% nos Sinistros	30.186

(*) Valores liquidos dos efeitos tributários. Efeito não considera dados de Resseguro.

h) Resseguro

A estratégia de resseguro da Seguradora tem como principal finalidade a pulverização dos riscos através da cessão ou transferência aos resseguradores da parte do risco que exceda seu limite de retenção.

A Seguradora também possui em contrato de resseguro vigente cobertura para risco de catástrofes.

Historicamente, a necessidade de acordos de resseguro de excesso de danos se faz necessária em toda e qualquer operação para estabelecer uma base forte, controlando, dessa forma, a volatilidade dos resultados causada pela flutuação inevitável da experiência de mortalidade e morbidade e por eventos catastróficos.

As despesas e receitas originadas na cessão de prêmios de resseguro são registradas no período em que ocorrem observando assim o regime de competência não ocorrendo compensação de ativos e passivos relacionados a resseguro. As análises dos programas de resseguro são realizadas prevendo a

necessidades atuais da seguradora mantendo a flexibilidade necessária caso ocorram mudanças de estratégia da administração em resposta aos diversos cenários que esta possa estar exposta.

Ativos de Resseguro

Os ativos de resseguro são representados por valores a receber dos resseguradores sendo sua avaliação realizada consistentemente com os saldos associados aos passivos de seguro que foram objeto de resseguro e conforme os termos e condições de cada contrato.

Redução ao valor recuperável

A redução ao valor recuperável é constituída quando o período de inadimplência superar 180 dias, a partir do registro de crédito, quando esses créditos forem com resseguradores referentes à restituição de sinistros pagos.

Resseguro Cedido

A companhia cede, no curso normal de suas operações, prêmios de resseguros para cobertura de perdas sobre riscos subscritos junto aos seus segurados e estão em conformidade com os limites operacionais estabelecidos pelo órgão regulador. Além do contrato proporcional são também firmados contratos não proporcionais que transferem parte da responsabilidade à companhia resseguradora sobre perdas que se materializarão após um determinado nível de sinistros na carteira.

I - Operações com Resseguradoras - Movimentação

	Ativo		Passivo	
	30/06/2018	**31/12/2017**	**30/06/2018**	**31/12/2017**
Saldo Inicial	**8.978**	**16.646**	**21.496**	**16.739,00**
Contratos Emitidos	(3.334)	-	607	15.471
Sinistros a Recuperar	23	(515)	-	-
Antecipação/Pagamentos ao Ressegurador	-	(659)	(9.929)	(10.714)
Outras Constituições / Reversões	835	(6.494)	-	-
Saldo Final	**6.502**	**8.978**	**12.174**	**21.496**

II - Ativos de Resseguros

	30/06/2018	**31/12/2017**
Sinistros de Resseguros	9.058	11.220
Prêmios de Resseguros	2.034	6.035
Saldo Final	**11.092**	**17.255**
Circulante	11.092	17.255

III - Sinistros de Resseguros

	30/06/2018	**31/12/2017**
Saldo Inicial	**11.220**	**5.773**
Sinistros Avisados	4.516	18.824
Sinistros Pagos	(6.526)	(16.465)
Outras Constituições / Reversões	(22)	2.645
Atualização Monetária e Juros de Sinistros	(130)	443
Saldo Final (*)	**9.058**	**11.220**

(*) Inclui PDR, IBNER, IBNR, não contemplados da tabela de desenvolvimento de sinistros líquido de resseguros - nota 4 eII.

IV - Prêmios e Comissão de Resseguros

	30/06/2018	**31/12/2017**
Saldo Inicial	**6.035**	**5.854**
Constituições - contratos não proporcionais	607	8.042
Amortizações	(4.608)	(7.861)
Saldo Final (*)	**2.034**	**6.035**

(*) Não inclui os contratos proporcionais, pois são vigência mensal.

i) Gestão de Risco Antes e Depois de Resseguro dos Maiores Ramos de Atuação

	Prêmios Emitidos		Resseguros						Prêmios Retidos	
			30/06/2018			30/06/2017				
	30/06/2018	30/06/2017	Proporcional	Não Proporcional	Total	Proporcional	Não Proporcional	Total	30/06/2018	30/06/2017
Vida em Grupo	151.816	167.456	(611)	-	(611)	(3.754)	2	(3.752)	151.205	163.704
Acidentes Pessoais Coletivo	7.496	7.672	4	-	4	1	3	4	7.500	7.676
Turistico	3.004	885	-	-	-	-	-	-	3.004	885
Seguro Educacional	-	585	-	-	-	-	-	-	-	585
Auxílio Funeral	16	401	-	-	-	-	-	-	16	401
Total	**162.332**	**176.999**	**(607)**	**-**	**(607)**	**(3.753)**	**5**	**(3.748)**	**161.725**	**173.251**

Prêmios de Resseguros Subdividos em Classes

	30/06/2018	30/06/2017
Resseguradora - Local	607	(3.748)
Total	**607**	**(3.748)**

	Prêmios Emitidos		Resseguros		Prêmios Retidos	
	30/06/2018	30/06/2017	30/06/2018	30/06/2017	30/06/2018	30/06/2017
Sudeste	139.277	152.964	(607)	(3.773)	138.670	149.191
Sul	15.264	15.824	-	-	15.264	15.824
Nordeste	5.463	5.046	-	-	5.463	5.046
Centro Oeste	1.297	1.418	-	-	1.297	1.418
Norte	795	821	-	-	795	821
Riscos Vigentes e Não Emitidos (1)	236	926	-	25	236	951
TOTAL	**162.332**	**176.999**	**(607)**	**(3.748)**	**161.725**	**173.251**

(1) Para Riscos Vigentes e Não Emitidos não há distribuição Regional.

Discriminação dos Resseguradores

A Seguradora realiza negócios com o ressegurador local IRB Brasil Resseguros (IRB).

Na tabela abaixo, segue a relação de ressegurador por *rating* de risco de crédito:

Ressegurador	Agência classificadora	Rating
IRB Brasil Resseguros	A.M.Best	A-

j) Índice de Sinistralidade e Comercialização dos Maiores Ramos de Atuação

	Sinistralidade % (*)		Comercialização % (*)	
	30/06/2018	30/06/2017	30/06/2018	30/06/2017
Vida em Grupo	72,1	81,0	15,1	13,7
Turistico	30,7	170,7	17,0	20,2
Acidentes Pessoais Coletivo	24,8	(19,9)	11,3	11,3
Auxílio Funeral	(386,1)	31,4	20,8	1,6

(*) O sinistro e comercialização utilizados como base de cálculo estão líquidos de resseguro e calculados sobre prêmios ganhos líquidos de resseguros.

k) Depósito de Terceiros

	Cobrança Antecipada de Prêmios		Prêmios e Emolumentos Recebidos		Outros Depósitos		Total	
	30/06/2018	31/12/2017	30/06/2018	31/12/2017	30/06/2018	31/12/2017	30/06/2018	31/12/2017
de 1 a 30 dias	98	36	-	480	-	26	98	542
de 31 a 60 dias	38	12	-	(6)	-	-	38	6
de 61 a 120 dias	1	2	-	-	-	857	2	859
de 121 a 180 dias	-	-	-	-	-	829	-	829
de 181 a 365 dias	-	-	473	-	-	153	473	153
superior a 365 dias	-	-	-	-	87	-	87	-
Total	**137**	**50**	**473**	**474**	**87**	**1.865**	**698**	**2.389**

l) Capital para a Atividade de Seguros

O CNSP – Conselho Nacional de Seguros Privados alterou em dezembro de 2017 os requisitos de cálculo de capital regulatório de seguros com a divulgação da Resolução CNSP nº 360/2017 e alterações posteriores. O normativo dispõe sobre as regras de capital regulamentar exigido para autorização e funcionamento das sociedades seguradoras, vida e previdência, capitalização e as regras de cálculo de capital provenientes dos riscos de crédito, subscrição, operacional e mercado.

Patrimônio Líquido Ajustado, Margem de Solvência e Capital Mínimo Requerido

A seguir demonstramos as composições do Patrimônio Líquido Ajustado - PLA e do Capital Mínimo Requerido - CMR:

	30/06/2018	31/12/2017
Patrimônio Líquido	199.151	204.328
Créditos tributários - prej. fiscais IR/bases negativas de cont. social	(4.395)	(2.240)
Despesas Antecipadas	-	(85)
Ativos Intangíveis	(318)	(350)
Superávit entre as provisões exatas constituídas e o fluxo realista de prêmios/contribuições registradas utilizado no cálculo da PCC	36	91
Patrimônio Líquido Ajustado	**194.474**	**201.744**
Capital Base	**15.000**	**15.000**
Capital Adicional de Risco de Subscrição	80.710	83.628
Capital Adicional de Risco de Crédito	6.852	2.916
Capital Adicional de Risco Operacional	798	922
Capital Adicional de Risco de Mercado	12.846	17.231
Benefício da Correlação entre Risco	(11.856)	(12.605)
Capital de Risco	**89.350**	**92.092**
Capital Mínimo Requerido *(1)*	**89.350**	**92.092**
Suficiência de Capital *(2)*	**105.124**	**109.652**

(1) O Capital Mínimo Requerido passou a ser o maior valor entre o Capital Base e o Capital de Risco, conforme Resolução CNSP nº 321/2015 e alterações posteriores.
(2) A Suficiência de Capital corresponde ao resultado obtido do cálculo do Patrimônio Líquido Ajustado, menos o Capital Mínimo Requerido.

A liquidez em relação ao Capital de Risco 30/06/2018 é de R$ 18.519 (R$ 19.249 em 31/12/2017), conforme Resolução CNSP nº 343/2016. A nota 4c de cobertura de provisões técnicas apresenta R$ 133.804 (R$ 142.497 em 31/12/2017) de cobertura excedente.

NOTA 5 - DETALHAMENTO DE CONTAS

a) **Despesas Administrativas -** Totalizam R$ (31.355) (R$ (14.968) de 01/01 a 30/06/2017) e estão compostos basicamente por Outras Despesas com Serviços de Terceiros R$ (17.043) (R$ (5.140) em de 01/01 a 30/06/2017) e Despesas com Pessoal R$ (8.001) (R$ (7.087) de 01/01 a 30/06/2017).

b) **Resultado Financeiro**

	01/01 a 30/06/2018	01/01 a 30/06/2017
Receitas Financeiras		
Cotas de Fundos de Investimentos	6.399	10.359
Títulos de Renda Fixa	-	8.022
Outras	544	329
Total	**6.943**	**18.710**
Despesas Financeiras		
Atualização de Operações de Seguros	(5.074)	(3.072)
Encargos sobre Tributos	(318)	(750)
Outras	(326)	(447)
Total	**(5.718)**	**(4.269)**
Resultado Financeiro	**1.225**	**14.441**

NOTA 6 - TRIBUTOS

a) Composição das Despesas com Impostos e Contribuições

I - Os montantes registrados como despesa de Imposto de Renda e Contribuição Social nas demonstrações financeiras são reconciliados com as alíquotas legais como segue:

Imposto de Renda e Contribuição Social Correntes	01/01 a 30/06/2018	01/01 a 30/06/2017
Resultado Antes de Imposto de Renda, Contribuição Social e Participações	**(8.938)**	**9.237**
Encargos (Imposto de Renda e Contribuição Social) às Alíquotas Vigentes (Nota 2.5d)	4.022	(4.157)
Acréscimos/Decréscimos aos encargos de Imposto de Renda e Contribuição Social decorrentes		
Incentivos Fiscais	-	63
Outras Despesas Indedutíveis Líquidas de Receitas não Tributáveis	177	3.464
Total de Imposto de Renda e Contribuição Social	**4.199**	**(630)**

II - As Despesas com Tributos totalizam: R$ (3.684) (R$ (4.979) de 01/01 a 30/06/2017), representadas basicamente por PIS/COFINS no montante de R$ 3.196 (R$ 4.645 de 01/01 a 30/06/2017).

b) Tributos Diferidos

DESCRIÇÃO	31/12/2017	Realização / Reversão	Constituição	30/06/2018
ATIVO				
Créditos IRPJ/CSLL	11.739	(4)	4.203	15.938
Crédito PIS/Cofins	6.516	-	107	6.623
Total	**18.255**	**(4)**	**4.310**	**22.561**

DESCRIÇÃO	31/12/2017	Realização / Reversão	Constituição	30/06/2018
PASSIVO				
Atualização de Depósitos de Obrigações Legais e Passivos Contingentes	714	-	-	714
Total	**714**	**-**	**-**	**714**
TOTAL LÍQUIDO	**17.541**	**(4)**	**4.310**	**21.847**

c) Estimativa de Realização dos Créditos Tributários

A estimativa de realização e o valor presente dos Créditos Tributários existentes em 30/06/2018, de acordo com a expectativa de geração de lucros tributáveis futuros, com base no histórico de rentabilidade e em estudo técnico de viabilidade, são:

	Créditos Tributários					
	Diferenças Temporárias	**%**	**Prejuízo Fiscal e Base Negativa**	**%**	**Total**	**%**
2018	6.623	36%	-	0%	6.623	29%
2019	10.573	59%	336	8%	10.909	48%
2020	891	5%	1.176	27%	2.067	9%
2021	21	0%	2.437	55%	2.458	11%
2022	10	0%	446	10%	456	2%
Acima de 2022	48	0%	-	0%	48	0%
Total	**18.166**	**100%**	**4.395**	**100%**	**22.561**	**100%**
Valor Presente (*)	16.338		3.502		19.840	

(*) Para o ajuste a valor presente foi utilizada a taxa média de captação, líquida dos efeitos tributários.

As projeções de lucros tributáveis futuros incluem estimativas referentes a variáveis macroeconômicas, basicamente ao volume de operações de seguros, que podem apresentar variações em relação aos dados e valores reais.

O Lucro Líquido contábil não tem relação direta com o lucro tributável para o Imposto de Renda e Contribuição Social em função das diferenças existentes entre os critérios contábeis e a legislação fiscal pertinente, além de aspectos societários. Portanto, recomendamos que a evolução da realização dos créditos tributários decorrentes das diferenças temporárias não seja tomada como indicativo de lucros líquidos futuros.

Considerando os efeitos temporários trazidos pela Lei nº 13.169/15, que elevou a alíquota da contribuição social para 20% até 31/12/2018, os créditos tributários foram contabilizados com base na expectativa de sua realização. Em 30/06/2018 não existiam Créditos Tributários não contabilizados.

NOTA 7 – PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Capital Social

O Capital Social é de R$ 203.332, representado por 235.665.701 ações ordinárias nominativas, sem valor nominal.

Em AGE de 29/06/2017, homologado em 25/01/2018 por meio da portaria SUSEP nº 764, foi deliberado o aumento de capital no montante de R$ 50.000, mediante emissão de 50.236.109 novas ações.

b) Dividendos

Aos acionistas é assegurado o direito ao recebimento de um dividendo anual mínimo obrigatório, não inferior a 25% (vinte e cinco por cento) do lucro líquido do exercício ajustado, conforme disposto na Lei das Sociedades por Ações.

NOTA 8 – GERENCIAMENTO DE RISCO

A Seguradora está exposta a riscos financeiros associados a sua carteira de aplicações. Para mitigar esses riscos é utilizada uma abordagem de gestão de ativos e passivos no tempo (Asset Liability Management - ALM), além de serem levados em consideração os requerimentos regulatórios e o ambiente econômico em que são conduzidos os negócios da Seguradora e investidos os ativos financeiros. Essa abordagem está alinhada com os requerimentos de análise exigidos pelos CPCs e com o conceito econômico de gestão de capital necessário para garantir a solvência e os recursos de caixa necessários à operação.

A gestão de riscos financeiros compreende as seguintes categorias:

- Risco de mercado, que é aquele associado à possibilidade de ocorrência de perdas devido às oscilações nos preços de mercado das posições mantidas em carteira.

- Risco de liquidez, que está relacionado à eventual indisponibilidade de recursos de caixa para fazer frente a obrigações futuras da Seguradora.

- Risco de crédito, associado à possibilidade de descumprimento de um contrato nos termos em que tenha sido firmado entre as partes.

A política de gestão de riscos da Seguradora tem como princípio assegurar que limites apropriados de risco sejam seguidos para evitar perdas decorrentes de oscilações de preços que venham a impactar os resultados de forma adversa. Seguindo esta política, a Seguradora busca diversificar as aplicações em vários mercados, visando garantir retornos de capital durante um período sustentável ao invés de concentrar exposições a fatores de riscos que possam destruir o valor dos negócios.

A Seguradora utiliza uma série de análises de sensibilidade e testes de stress como ferramentas de gestão de riscos financeiros. Os resultados destas análises são utilizados para mitigação de riscos e para o entendimento do impacto sobre os resultados e sobre o patrimônio líquido da Seguradora em condições normais e em condições de stress. Esses testes levam em consideração cenários históricos e cenários de condições de mercado previstas para períodos futuros. Seus resultados são utilizados no processo de planejamento e decisão e também na identificação de riscos específicos originados nos ativos e passivos financeiros detidos pela Seguradora.

Risco de Mercado

É o risco de que o valor de um instrumento financeiro ou de uma carteira de instrumentos financeiros se altere, em virtude da volatilidade de variáveis existentes no mercado (taxa de juros, inflação etc), causada por fatores adversos. Mais especificamente, o risco de mercado nas operações pode ser entendido como: risco na taxa de juros e risco da inflação.

a) Taxa de juros

O risco associado é oriundo da possibilidade da Seguradora incorrer em perdas por causa de flutuações nas taxas de juros que diminuam as receitas financeiras relativas a aplicações financeiras. A administração monitora continuamente as taxas de juros de mercado com objetivo de avaliar a eventual necessidade de contratação de novas operações para proteger-se do risco de volatilidade dessas taxas.

b) Taxa de inflação

Devido à possibilidade de variações entre o IGP-M e o IPCA, a área de investimentos busca alternativas para minimizar o efeito da inflação, uma vez que parte do passivo ainda está atrelada a mesma

c) Gerenciamento de risco de mercado

O risco de mercado está ligado à possibilidade de perda por oscilação de preços e taxas em função dos descasamentos de prazos, moedas e indexadores das carteiras ativa e passiva. Este risco tem sido acompanhado com crescente interesse pelo mercado, com substancial evolução técnica nos últimos anos, no intuito de evitar, ou pelo menos minimizar, eventuais prejuízos para as instituições, dada a elevação na complexidade das operações realizadas nos mercados.

d) Controle do risco de mercado

O risco de mercado é gerenciado por meio de metodologias e modelos condizentes com a realidade do mercado nacional e internacional, permitindo embasar decisões estratégicas com grande agilidade e alto grau de confiança.

O controle do risco de mercado é acompanhado mensalmente pelas áreas Atuariais e de Investimento, cujas principais atribuições são:

- Definir estratégias de atuação para a otimização dos resultados e apresentar as posições mantidas pela organização;
- Analisar o cenário político-econômico nacional e internacional;
- Avaliar e definir os limites de investimentos em títulos públicos federais, privados, nacionais e internacionais;
- Definir a política de liquidez;
- Acompanhamento dos limites operacionais de descasamento de ativos e passivos;
- Elaborar análises de sensibilidade e simular resultados em cenários de *stress* para as posições da Seguradora.

Na tabela, apresenta-se a análise de sensibilidade (*DV01 – Delta Variati*on) em relação às operações de seguros:

Classe	30/06/2018		31/12/2017	
	Saldo Contábil	DV01	Saldo Contábil	DV01
Título Público				
NTN-B	111.148	(37)	122.044	(19)
NTN-F	304.376	(99)	287.330	(103)
Ativos pós-fixados	(8)	-	(8)	-
Compromissadas Over	29.090	-	36.027	-

Risco de Crédito

Risco de crédito é o risco de perda de valor de ativos financeiros e ativos de resseguro como consequência de uma contraparte no contrato não honrar a totalidade ou parte de suas obrigações para com a Seguradora.

A administração possui políticas para garantir que limites ou determinadas exposições ao risco de crédito não sejam excedidos através do monitoramento e cumprimento da política de risco de crédito para os ativos financeiros individuais ou coletivos que compartilham riscos similares, levando em consideração a capacidade financeira da contraparte em honrar suas obrigações e fatores dinâmicos de mercado.

Limites de risco de crédito são determinados com base no *rating* de crédito da contraparte para garantir que a exposição global ao risco de crédito sejam gerenciados e controlados dentro das políticas estabelecidas. Quando determinadas contrapartes não possuem *rating* de crédito estabelecidos por agências de crédito reconhecidas no mercado, a administração utiliza o conhecimento e a experiência de mercado para classificar essa contraparte em sua grade de riscos. Entretanto, essas situações são amplamente discutidas e avaliadas antes da Seguradora adquirir certos ativos, e restrições são colocadas sobre as áreas operacionais, para limitar a exposição ao risco de crédito, em casos de ativos emitidos por contrapartes, caso estas contrapartes não possuam *rating* de crédito.

Agência Classificadora de Riscos	Nível Mínimo Exigido
Standard & Poor's	BBB-
Fitch	BBB-
Moody´s	Baa3
AM Best	B+

Risco de Liquidez

A gestão de risco de liquidez tem como principal objetivo monitorar os prazos de liquidação dos direitos e obrigações. São elaboradas análises diárias de fluxo de caixa projetado, sobretudo os relacionados aos ativos garantidores das provisões técnicas a fim de mitigar tal risco.

Adicionalmente, é mantida uma "carteira de liquidez", constituída por investimentos de curto prazo, para cobrir eventuais cenários de *stress*. Esses investimentos são destinados para atender as necessidades de caixa em curto prazo.

a) Exposição ao risco de liquidez

O risco de liquidez é limitado pela reconciliação do fluxo de caixa da carteira de investimentos com os respectivos passivos. Para tanto, são empregados métodos atuariais para estimar os passivos oriundos de contratos de seguro. A qualidade de nossos investimentos também garante nossa capacidade de cobrir altas exigências de liquidez, no caso de um desastre natural, por exemplo.

A administração do risco de liquidez envolve um conjunto de controles, principalmente no que diz respeito ao estabelecimento de limites técnicos, com permanente avaliação das posições assumidas e instrumentos financeiros utilizados.

Passivo	Ativo	30/06/2018			31/12/2017		
Operações de Seguros	**Ativo Garantidor**	**Valor do Passivo (1)**	**DU do Passivo (2)**	**DU do Ativo (2)**	**Valor do Passivo (1)**	**DU do Passivo (2)**	**DU do Ativo (2)**
Prêmios não Ganhos	Compromissadas, NTN-B e NTN-F	5.616	3,5	38,8	2.106	17,3	12,1
IBNR, PDR e PSL	Compromissadas, NTN-B e NTN-F	301.066	26,7	38,8	301.892	17,3	12,1
Outras Provisões	Compromissadas, NTN-B e NTN-F	17.656	3,5	38,8	11.156	17,3	12,1
Total Provisões Técnicas		**324.338**			**315.154**		

(1) Valores Brutos de Direitos Creditórios, Depósitos Judiciais e Resseguro

(2) DU = Duration em meses.

Risco de Subscrição

A estratégia de subscrição objetiva a precificação adequada a cada Grupo Segurado, mantendo o índice de riscos da Seguradora em uma faixa aceitável para propiciar lucro e sua solvência, garantindo a qualidade dos serviços aos Segurados, Estipulantes e Corretores, a nível nacional, conforme as normas técnicas da Prudential do Brasil, Prudential International, bem como os parâmetros e prazos legais estabelecidos pelos órgãos reguladores do mercado segurador.

A política de aceitação de riscos abrange os riscos de mortalidade e morbidade apresentados pelos grupos segurados, visando atribuir a estes as categorias apropriadas do risco de acordo com as normas e diretrizes da Seguradora, sob a ótica da Medicina do Seguro e da Subscrição de Riscos, determinando o valor correto dos prêmios para cada grupo segurado ou a não aceitação dessas propostas.

Para mitigar o risco de a Seguradora ser envolvida em situações relacionadas à prática do crime de lavagem de dinheiro e fraude ou outros ilícitos semelhantes, esta faz uma análise de risco prévio (*Underwriting*), com base nas informações indicadas nas propostas de contratação apresentadas pelos Estipulantes e Corretores.

As apólices de seguros de vida em grupo da Prudential do Brasil são emitidas com base em análises do perfil de cada grupo segurado, utilizando-se de parâmetros definidos em Notas Técnicas registradas e aprovadas pelos órgãos reguladores.

Essa atividade visa à manutenção do equilíbrio financeiro da Seguradora, buscando identificar riscos que estão além da capacidade da Seguradora de absorvê-los, e evitá-los.

NOTA 9 – INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES

a) As operações realizadas entre partes relacionadas são efetuadas a valores, prazos e taxas médias usuais de mercado, vigentes nas respectivas datas, e em condições de comutatividade.

b) **Remuneração do Pessoal Chave da Administração –** Os honorários atribuídos aos Administradores da Seguradora são pagos pelo controlador Prudential do Brasil Seguro de Vida S.A.

c) **Comitê de Auditoria Único** - Em atendimento à Resolução nº 321, de 15/07/2015, do CNSP, a Seguradora aderiu ao Comitê de Auditoria Único instituído pelo conglomerado Prudential do Brasil Seguro de Vida S.A., por intermédio da instituição líder Prudential do Brasil. O resumo do relatório do referido Comitê foi divulgado em conjunto com as Demonstrações Financeiras da instituição líder.